

fonte: OESP

class.: 31R00738

data: 18/5/95

pg.: A16

Cimi acusa o governo de frear demarcações

Decisão mantém conflitos nas áreas indígenas, diz texto do relatório da entidade

ROLDÃO ARRUDA

I NDAIATUBA — O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou ontem um comunicado oficial no qual acusa o governo de ter paralisado as demarcações de terras indígenas em todo o País. De acordo com o documento, essa atitude se deve ao fato de o presidente Fernando Henrique Cardoso não estar interessado em se indispor com os políticos das áreas onde existem conflitos com índios.

"Até agora o presidente não assinou nenhuma portaria para a demarcação de terras", diz o texto. "É evidente a preocupação em não contrariar interesses, principalmente os de seus aliados na votação das reformas constitucionais."

O Cimi divulgou o documento ontem, durante a 33ª assembleia-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se realiza na cidade de Indaiatuba, interior paulista. O Cimi é uma organização vinculada à CNBB, sendo presidida atualmente pelo bispo d. Aparecido José Dias, da diocese de Registro.

O documento dá como exemplo do descaso do atual governo a paralisação das demarcações de terras indígenas de Guajá e Cricati, no Maranhão; Arará, no Rio Branco; e Suiá Missu, no Mato Grosso. "Em todos esses casos houve falta de determinação do Ministério da Justiça", diz o texto.

Em relação às terras dos Guajá e Cricati, o Cimi observa que primeiro foram os técnicos do Exército que abandonaram o trabalho de demarcação, devido a pressões de políticos da região. Mais tarde, a Funai contratou duas empresas para prosseguir o trabalho. Mas novamente ele foi paralisado, porque a Polícia Federal, encarregada de dar garantia de vida aos técnicos contratados não teria cumprido sua obrigação. "O Ministério da Justiça não tomou qualquer providência em relação a esse ato de insubordinação da polícia", afirma o documento. "O saldo disso são as terras sem demarcações, a morte de um índio cricati e a ameaça de morte de várias lideranças."

O texto do Cimi também afirma que a situação dos índios no País ainda pode piorar, pois o governo estaria acenando para os parlamentares com a possibilidade de alterar o decreto que estabeleceu a demarcação das terras, em 1991.